

2015

memória em destaque

ANO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



memória em destaque

O projeto **Memória em destaque** tem como objetivo divulgar a história do Ministério Público de Minas Gerais por meio do acervo do Memorial da Instituição.

Mensalmente, objetos, documentos, fatos ou biografias são destacados no ambiente expositivo e apresentados nos veículos de comunicação da Procuradoria-Geral de Justiça, onde são evidenciadas peculiaridades e informações técnicas, descritivas e narrativas dos itens expostos.

Seleção de materiais:
Divisão de Memória e Arquivo Histórico (Dimar)

Edição:
Diretoria de Imprensa (Dimp)

Projeto gráfico e diagramação: Rúbia Oliveira Guimarães
Diretoria de Publicidade Institucional (DPBI)



memória em destaque

Primórdios da sonorização das reuniões dos Órgãos Colegiados

*Microfone produzido há cerca de 40 anos está no
acervo do Memorial do MPMG*

Compõe o acervo do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) um microfone omnidirecional Leson MO-33B, que marcou o início da sonorização das reuniões dos Órgãos Colegiados do microfone foi usado a partir do início dos anos 1980. Na época, havia poucos microfones na instituição e, por isso, um mesmo equipamento era usado por até três membros dos Órgãos Colegiados. Os registros das sessões eram procedidos somente por meio das anotações feitas pelos servidores que as secretariavam.

O modelo MO-33B, que capta sons de todo o ambiente (360 graus), foi produzido no Brasil pela empresa Leson da Amazônia Componentes Eletrônicos Ltda. entre os anos de 1970 e 1980 devido a uma parceria celebrada com a empresa japonesa Unisound.

Nesse período a importação de produtos era limitada em decorrência de altas taxas alfandegárias impostas pelo governo, sendo a implantação da Leson uma possibilidade de abertura de comercialização desses produtos no mercado brasileiro.



Microfones

Em 4 de março de 1877, o norte americano Emile Berliner inventou o microfone, mas o primeiro aparelho a ser usado foi criado por Alexander Graham Bell. O desenvolvimento desse aparelho foi importante para que outras invenções surgissem, como o rádio e a televisão, e foi fundamental para transmitir e receber mensagens durante guerras e combates. Em 1928, Georg Neumann fundou, na Alemanha, a Georg Neumann GmbH, uma das mais importantes fábricas de microfones profissionais do mundo.

Na maioria dos microfones, as ondas sonoras, através de um diafragma fino e flexível, são convertidas em vibrações mecânicas que, em seguida, são convertidas em sinal elétrico por meio de bobina móvel ou por carga e descarga de um condensador.

memória

em destaque

Máquina de escrever foi marco de agilidade no trabalho do MPMG

No acervo do Memorial do MPMG, há um modelo usado nos anos 1960

A máquina de datilografia, popularmente conhecida como máquina de escrever, é um bom exemplo do avanço da tecnologia desde a Idade Moderna. Inventada em 1713 pelo engenheiro inglês Henry Mill, foi aperfeiçoada ao longo dos anos. Em 1876, foi criado pelo norte-americano Sholes e Glidden um modelo que mais se assemelha ao da máquina moderna, lançado com o nome de Remington por ter sido fabricado nas oficinas da firma Remington Arms Company.

A máquina de escrever que está no acervo do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foi fabricada pela empresa Olivetti. Ela foi usada nos anos 1960 pelo procurador de Justiça José Campomizzi Filho.

Esse equipamento marca um tempo em que o Ministério Público possuía infraestrutura muito singela se comparada aos dias de hoje. Os membros que quisessem adquirir uma máquina de escrever para ganhar agilidade na manifestação dos processos, já que, até então, eram manuscritos, tinham de fazê-lo com recursos particulares devido à indisponibilidade financeira da instituição para compra de equipamentos.



Curiosidades

A máquina de escrever Remington datilografava somente em letras maiúsculas e apresentava teclado QWERTY, que se tornou um modelo universal.

A principal inovação no equipamento criado por Henry Mill foi feita pelo padre brasileiro Francisco João de Azevedo, profundo conhecedor de matemática e mecânica. Seu modelo, desenvolvido por um norte-americano, foi chamado de mecanógrafo.

Um dos modelos da Olivetti é o Studio 42, primeira máquina produzida e desenhada por engenheiros e também designers, como o pintor Schawinsky e os arquitetos Figini e Pollini, no ano de 1939. O fabricante é a Ing. C. Olivetti & C. SpA., conhecida simplesmente como Olivetti. A empresa italiana fabricante de computadores, impressoras e outros equipamentos empresariais foi fundada em 1908 na cidade de Ivrea, na Itália. A primeira filial da empresa no Brasil foi inaugurada em 1959 em Guarulhos, em solenidade que contou com a presença do então presidente da República, Juscelino Kubitschek.

memória

em destaque

Grande Colar do Ministério Público homenageia personalidades de destaque

O Grande Colar do Ministério Público é uma das três modalidades da Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, destinada a agraciar pessoas que, por seus méritos e relevantes serviços prestados à cultura jurídica ou ao Ministério Público, mereçam especial distinção.

Instituída pela Resolução n.º 42, de 1º de agosto de 2007, a honraria pode ser concedida ao procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e, ainda, a chefes de estado, chefes de Poder da União ou dos estados e a chefes de diversos ramos do Ministério Público brasileiro, em número não superior a uma personalidade por ano.

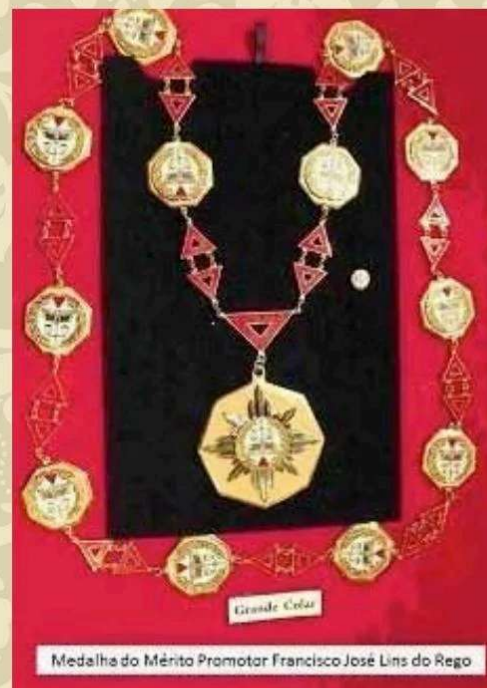
O brasão que ornamenta o Grande Colar foi criado em 1991 pelo então major da Polícia Militar de Minas Gerais Eduardo Ferreira Paratela, e toda a sua simbologia refere-se à atuação e postura do MPMG frente à sociedade. Assim, a espada bifacetada simboliza a imposição e a obrigação. O livro aberto representa a legislação que regula o comportamento social e sua acessibilidade a todos, indistintamente. A balança remete ao equilíbrio e à justiça. O triângulo, por sua vez, simboliza o estado de Minas, enquanto os ramos exprimem o êxito e o sucesso que devem resultar das ações dos integrantes da instituição.

Concessão

A concessão do Grande Colar do Ministério Público é definida pela Comissão de Outorga, composta pelos dois procuradores de Justiça mais antigos integrantes da Câmara de Procuradores de Justiça e por três procuradores de Justiça indicados pelo procurador-geral de Justiça, e presidida pelo mais antigo membro do Ministério Público.

A comissão mantém um livro de registro, onde são inseridos, em ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a medalha, a modalidade de agraciamento, a identificação e a síntese das realizações que motivaram a concessão.

Todos os critérios necessários para indicação dos agraciados encontram-se no regimento interno da Comissão de Outorga. O regulamento apresenta, também, as instruções para indicação do agraciado. O Grande Colar é concedido perante o Colégio de Procuradores de Justiça e acompanha roseta e diploma, com dizeres próprios da homenagem.



Curiosidades

O Grande Colar é conferido, também, aos procuradores-gerais de Justiça no ato de posse no cargo.

Em 2002, por meio da Resolução PGJ n.º 74, a Medalha do Mérito do Ministério Público passou ser denominada Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos em homenagem ao promotor de mesmo nome, assassinado em janeiro de 2002. A morte do promotor de Justiça foi motivada por sua atuação no combate à "Máfia dos Combustíveis".

memória em destaque

Cédula de identidade funcional e porta-documento representam autoridade dos procuradores e promotores de Justiça

Instituída por meio de Resolução do procurador-geral de Justiça e válida em território nacional, a cédula de identidade funcional dos procuradores e promotores de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) é mais que um documento de identificação: ela é o símbolo de autoridade do membro da instituição.

A cédula de identidade funcional assegura a qualquer membro do Ministério Público todas as prerrogativas inerentes aos cargos de procurador e promotor de Justiça, sendo descrito na cédula que ao membro deverá ser prestado todo o auxílio e cooperação que venha necessitar ou solicitar. A Lei Complementar Federal n.º 40, de 1981, garante a validade do documento em território nacional, além do porte de armas.

O porta-documento, por sua vez, padronizado na cor vermelha e confeccionado em couro, é parte integrante da cédula de identidade funcional. Os dois objetos se completam, legitimando, assim, a atuação dos procuradores e promotores de Justiça.

A responsabilidade pela confecção e repasse das carteiras funcionais é da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), entidade de classe membros do MPMG criada em 1º de agosto de 1953.

Brasão

No porta-documento, encontram-se dois grandes brasões: o do estado de Minas Gerais e o de Armas do Brasil. Os símbolos representam a autoridade e a atuação dos membros do MPMG perante o Poder Público, seja ele no âmbito estadual ou nacional.

O brasão que se encontra na capa do porta-documento é o do Estado de Minas Gerais. Ele foi criado por meio do Decreto n.º 6.498, de 5 de fevereiro de 1924, e é formado por elementos que simbolizam as maiores riquezas da época de sua primeira instituição: a mineração e a agricultura. A luminária utilizada pelos mineiros disposta sobre duas picaretas simboliza a atividade mineradora. Já os dois ramos grandes de café e os dois ramos pequenos de fumo de cor verde e com flores vermelhas e arroxeadas representam a atividade agrícola. Esses elementos estão sobre uma estrela vermelha. Há ainda os dizeres "Libertas quae sera tamen" - expressão latina traduzida como "liberdade ainda que tardia" -, lema da Inconfidência Mineira. Na parte inferior do escudo, corre uma faixa com a inscrição "Estado de Minas Gerais" e, num laço abaixo dela, a data da primeira Constituição do Estado: 15 de junho de 1891.

Já na parte interior encontra-se o Brasão de Armas do Brasil, criado pelo Decreto n.º 4, de 19 de novembro de 1889. O símbolo é composto de um escudo azul-celeste apoiado sobre uma estrela de cinco pontas com uma espada em riste. Ao seu redor, há uma coroa formada por um ramo de café frutificado e outro de fumo florido sobre um resplendor de ouro. O uso do brasão é obrigatório pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelas Forças Armadas. Também estão presentes em todos os prédios públicos. O seu desenho original, encomendado pelo então presidente Manuel Deodoro da Fonseca, é do engenheiro Artur Zauer.



História

Esse modelo de cédula de identidade foi proposto em reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPNG) em 6 de agosto de 1982 na Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Essa reunião teve como objetivo a padronização do modelo da cédula de identidade funcional dos membros de todos os Ministérios Públicos estaduais.

Criado em 9 de outubro de 1981, o CNPG busca defender os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Ministério Público, bem como integrar os Ministérios Públicos de todos os estados brasileiros.

Significado

De acordo com o dicionário Houaiss, a palavra cédula tem, entre suas acepções, as seguintes:

1. cédula de identidade: documento que, expedido por autoridade competente, contém dados do registro geral de pessoa física que identificam o seu portador (nome, filiação, data de nascimento, assinatura, impressão digital, fotografia etc); carteira de identidade.
2. documento escrito, apontamento, bilhete.

memória em destaque

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada

Tendo iniciado a carreira como promotor público em Ubá, Antônio Carlos Andrada defendeu as garantias funcionais de membros do Ministério Público na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1933

Formado em 1891 em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada iniciou a vida profissional como promotor público em Ubá, na Zona da Mata mineira.

Bisneto de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, e filho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, deputado da Assembleia Geral Legislativa do Império e senador do Congresso Constituinte por Minas Gerais, Antônio Carlos teve forte presença na vida política do país desde o fim do século XIX até meados do século XX.

Em 1894, foi eleito vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, cidade onde também lecionou História Geral e do Brasil, na Escola Normal, e Direito Comercial, na Academia de Comércio. Em 1896, tornou-se diretor-proprietário do Jornal do Comércio, onde escrevia sobre assuntos econômicos e financeiros.

No início do século XX, ocupou cargos importantes, como o de secretário de Finanças do Estado e de prefeito de Belo Horizonte. Em 1911, entrou para o cenário político nacional ao eleger-se deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Passou a integrar a Comissão de Finanças e, em 1917, foi nomeado ministro da Fazenda pelo presidente Wenceslau Brás. À frente da pasta da Fazenda, realizou reformas, aperfeiçoando a fiscalização da receita pública e aprovando nova regulamentação referente aos impostos de consumo e de renda. Reeleito para a Câmara Federal em 1919, reassumiu a presidência da Comissão de Finanças até 1923, quando publicou a obra Bancos de emissão no Brasil.

Eleito presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada tomou posse em 7 de setembro de 1926. Como chefe do Poder Executivo estadual, incentivou o desenvolvimento da imprensa mineira, implantou uma política de descentralização administrativa, defendeu a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e promoveu a reforma que instituiu o voto secreto nas eleições estaduais e municipais.

A reforma do ensino foi um dos mais importantes capítulos da sua administração. O projeto pioneiro dirigido por Francisco Campos, secretário do Interior, renovou todo o ensino primário e normal do estado, segundo postulados da "Escola Nova". Além disso, em 1927, criou a Universidade de Minas Gerais e deu prosseguimento à organização da futura Universidade Agrícola, em Viçosa.



Por sua condição de presidente de Minas, era o candidato natural à presidência da República na sucessão de Washington Luís em 1930. No entanto, o acordo tácito que vinha garantindo a alternância de São Paulo e Minas no governo federal foi rompido quando Washington Luís, representante de São Paulo, preferiu indicar outro paulista para sucessor. Preterido, Antônio Carlos passou a articular a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência. Tal projeto se concretizou com a formação da Aliança Liberal, coligação que reunia os situacionistas de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, e era ainda apoiada pela maioria dos "tenentes" que haviam lutado contra o governo federal nos anos anteriores. No desenrolar dos acontecimentos foi deflagrado, em 3 de outubro, um movimento conhecido como Revolução de 30, que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder.

memória em destaque

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (cont.)

No início dos anos de 1930, Antônio Carlos recusou o cargo de embaixador de Portugal, oferecido pelo então presidente Getúlio Vargas, por considerar necessária sua presença no país. Insistia na necessidade de convocação de uma Assembleia Constituinte para se colocarem em prática os ideais pregados durante a campanha liberal.

Assim, tornou-se presidente da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 15 de novembro de 1933. Foi nessa condição que defendeu as garantias funcionais de membros do Ministério Público. "É preciso defender o Ministério Público da politicagem local. O estado pode estabelecer que o promotor seja demitido *ad nutum*. E é um absurdo. Bastará que este promotor apresente uma denúncia contra pessoa influente para que o presidente do estado o afaste do cargo ou o demita. O promotor demissível *ad nutum* não pode fiscalizar a execução do direito", manifestou-se.

A Constituição de 1934 foi a primeira a institucionalizar o Ministério Público, colocando-o em uma seção própria e dando os primeiros contornos de sua autonomia. Segundo o artigo 95 da referida carta, o membro do Ministério Público passou a ser nomeado mediante concurso e só perderia o cargo, nos termos da lei, por sentença judiciária ou processo administrativo, no qual lhe seria assegurada ampla defesa.

Com o encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte em 16 de julho de 1934, os constituintes transformaram-se em deputados da Câmara, acumulando as funções do Senado. As eleições para a primeira legislatura ordinária do Congresso Nacional foram marcadas para 14 de outubro, quando Antônio Carlos foi um dos 26 deputados federais eleitos na legenda do Partido Progressista (PP), por ele fundado.

Com o país imerso em um clima de tensão crescente, em 1936, Getúlio Vargas passou a articular o afastamento de Antônio Carlos da presidência da Câmara, o que veio a acontecer em maio de 1937, quando Pedro Aleixo o derrotou por 152 votos contra 131. Em 10 de novembro, Vargas comandou o golpe que instalou o Estado Novo.

Fechados o Congresso Nacional e as Câmaras estaduais e municipais, Antônio Carlos perdeu seu mandato, voltou a Juiz de Fora e ficou algumas semanas em prisão domiciliar, indo visitar, sob escolta militar, a esposa, hospitalizada em Belo Horizonte. Nessa época, abandonou definitivamente a política e passou a dedicar-se a uma companhia de seguros, da qual foi membro da diretoria.

memória

em destaque

Em dezembro de 1983, o MPMG recebeu o seu primeiro microcomputador

Carlos Alberto/Assessoria de Imprensa do Governo de Minas

No dia 14 de dezembro de 1983, data em que se comemora o Dia Nacional do Ministério Público, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) recebeu o seu primeiro microcomputador. O equipamento, que marcou o início da informatização da instituição, foi instalado na Corregedoria-Geral do Ministério Público (CGMP). O processo se iniciou em 1980, quando o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) celebrou convênio com a Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais (Prodemge) para o desenvolvimento de um software de controle processual. O então corregedor-geral do Ministério Público, Bernardo Mascarenhas Cançado, iniciou tratativas a fim de obter as condições necessárias para que a CGMP tivesse acesso ao sistema e pudesse consultar, no próprio setor, a tramitação dos processos.

As fotos que registraram a entrega do microcomputador e da impressora foram doadas pelo procurador de Justiça Paulo Roberto Moreira Cançado. A presença de tantas personalidades à solenidade demonstra a relevância da implantação da nova tecnologia na instituição. A ata lavrada pelo então promotor de Justiça Alcir Costa dos Santos registrou: "A Corregedoria-Geral entra assim em fase de grande aperfeiçoamento de seus serviços, com os recursos fornecidos pelo avanço da tecnologia".

À época, estiveram presentes o procurador-geral de Justiça, Lauro Pacheco de Medeiros Filho; o corregedor-geral do MPMG, Bernardo Mascarenhas Cançado;



os ex-procuradores-gerais Pedro Rolla Sobrinho e Waldir Vieira; o presidente do Tribunal de Alçada, Márcio Sollero; o presidente do Tribunal de Justiça Militar, coronel Eurico Paschoal; o presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Délio Osório de Paula; o ex-governador de Minas Gerais Levindo Ozanam Coelho; o representante dos secretário e secretário-adjunto de Segurança Pública Aimoré Olivé de Souza, entre outras autoridades. Pela Prodemge, compareceram o diretor-presidente, Eduardo Brandão de Azeredo; o diretor de Administração e Finanças, Jorge de Almeida Neves Filho; o diretor-técnico, Edson Monti Bacha; o chefe de gabinete da presidência, Serafim Melo Jardim; o gerente de contas, Vicente Carneiro Costa; analistas e técnicos, totalizando cerca de 90 pessoas, conforme consta na ata de registro do evento.

A Prodemge, empresa criada com o intuito de promover a modernização da Administração Pública estadual, desenvolveu o Sistema de Controle de Processos (Siscon) para monitorar e acompanhar o andamento de processos judiciais, software que entrou em operação no Fórum Lafayette em janeiro de 1983.

memória em destaque

Conselheiro Lafayette

Promotor público de Ouro Preto em meados do século XIX, foi conselheiro e senador do Império

Lafayette Rodrigues Pereira nasceu em 28 de março de 1834, na Fazenda de Macacos, Vila de Queluz. Era filho de Antônio Rodrigues Pereira e de Clara Rodrigues Pereira. O pai era homem de formação militar, interessado pelo Direito e foi vereador da Câmara de Queluz e juiz municipal e, em 1881, foi agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Pouso Alegre.

Em agosto de 1846, Lafayette e seu irmão Washington foram entregues aos cuidados do tio paterno, padre Felisberto Rodrigues Milagres, vigário na cidade de Prados, que, responsável pela educação dos dois, introduziu-os aos estudos das línguas clássicas. Aos dezoito anos, mudou-se para São Paulo, iniciando o curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco.

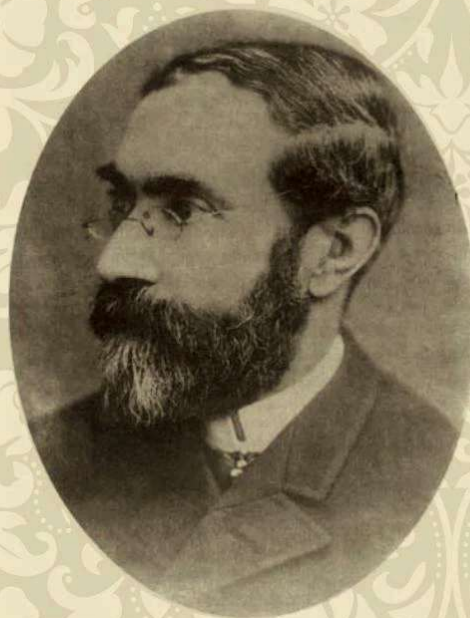
Logo que se formou, foi nomeado promotor público de Ouro Preto. Ilustra sua passagem pelo Ministério Público uma notícia publicada a mando do advogado de uma das partes, na tipografia provincial de Ouro Preto, em 1858: *Em atenção ao Publico. No processo crime de calúnia, e injúria verbal feito pelo Sr. Subdelegado de Itabira do Campo contra Vicente Ferreira Mendanha a requerimento de seu irmão Gabriel de Gouvea Mendanha [...]* O Sr. Promotor, sendo ouvido sobre o processo, deu a seguinte resposta: *Este processo é uma verdadeira maravilha, não há notícia d'uma causa tão informe. Há tentas irregularidades, que apenas tocarei nas principais. As testemunhas não foram perguntadas pelos costumes: a palavra não foi dada ao Reo para contestar. O auto de qualificação, o chamado termo de repregunta que segui-o são outras tantas extravagâncias. A fiança esta mal processada: no termo de hypotheca não vem, como alias é indispensável, transcripto o conhecimento do pagamento de novos direitos, e a certidão negativa de hypotheca. Em ultima analyse, este processo seguiu uma marcha completamente errada: os duos crimes, de que é accusado o Reo, são daquelles que as autoridades policiais julgão definitivamente. [...]*

Em 1859, deixou o Ministério Público e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu no escritório do renomado advogado Teixeira de Freitas e, posteriormente, no escritório de Andrade Figueira, também advogado respeitado e jurista. Paralelamente, participou da fundação do jornal *Atualidade*.

Militante do Partido Liberal, foi nomeado presidente do Ceará, cargo equivalente ao de governador de Estado, em 1864. Logo em seguida, foi confiada a Lafayette a presidência do Maranhão, exercida até 1866, quando retornou à advocacia e ao jornalismo.

Em 9 de julho de 1870 casou-se, aos 36 anos, com Francisca Coutinho, com quem teve cinco filhos.

No ano anterior, havia publicado no Rio de Janeiro sua primeira obra jurídica: *Direitos de família*, cuja introdução propôs uma classificação do Direito Civil fundada no modelo alemão, que acabou sendo acolhida no Código Civil de 1916



e preservada também na concepção do código de 2002. Em 1877, publicou seu segundo livro, *Direito das coisas*, obra original do Direito pátrio sobre tema até então inexplorado. Milton Campos, em discurso proferido por ocasião das comemorações do 1º centenário de nascimento de Lafayette, sintetizou o valor das duas obras: “[...] quando elaborou suas duas grandes obras – *Direitos de família* e *Direito das coisas* – o direito brasileiro ainda era caótico e informal. [...] Era a confusão dos assentos, dos estatutos, dos avisos e dos estilos. Deste caos tirou Lafayette a límpida exposição do nosso direito civil [...] Vencendo todas as dificuldades do tempo conseguiu uma construção jurídica imperecível, que ainda hoje é alimento dos estudiosos e nutrição dos mestres [...]”.

memória em destaque

Conselheiro Lafayette (cont.)

Em sua passagem pelo Ministério da Justiça, pode-se destacar a regulamentação da competência do tribunal e da forma do processo nos crimes cometidos em países estrangeiros contra o Brasil e os brasileiros, bem como a regulamentação da execução, em nosso país, de sentenças estrangeiras cíveis e comerciais. Em novembro de 1879, tornou-se senador vitalício do Império escolhido por D. Pedro II, já então seu amigo e admirador. Em 1882, foi nomeado conselheiro de Estado Extraordinário, passando a conselheiro ordinário em 1886.

A trajetória política de Lafayette atingiu o ponto máximo ao ser nomeado, em 1883, para a presidência do Conselho de Ministros, acumulando o Ministério da Fazenda. No ano seguinte, deixou o governo, retornando à sua condição de senador e conselheiro de Estado até quando foi implantada a República, em novembro de 1889.

Já na República, Lafayette continuou a ter seu talento reconhecido pelo governo. Em 1907, na companhia de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Clóvis Beviláqua, integrou, a convite do Barão do Rio Branco, o primeiro grupo de juízes com atuação perante a Corte Internacional de Arbitragem de Haia, na Holanda.

Em 1908, indicado por Rui Barbosa e pelo Barão do Rio Branco, foi eleito para ocupar a cadeira nº 23 da Academia Brasileira de Letras.

Por ocasião do centenário de seu nascimento, em 1934, o Governo do Estado mudou o nome de Queluz, sua terra natal, para Conselheiro Lafayette, nome dado também ao fórum da comarca de Belo Horizonte, inaugurado em 1950.

memória em destaque

Chrispim Jacques Bias Fortes

Promotor público da comarca de Parahybuna, como presidente de Minas Gerais contratou a comissão construtora da nova capital mineira; como senador do Estado participou da primeira Constituição Mineira

Chrispim Jacques Bias Fortes nasceu na Fazenda da Conceição, em Livramento (atualmente Oliveira Fortes), em 25 de outubro de 1847. Era filho de Francisco José de Oliveira Fortes, provisionado e capitão da Guarda Nacional, e de Carlota Benedita de Oliveira Fortes. Recebeu o nome de batismo em homenagem ao santo do dia, São Crispim, ao filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau e ao sábio grego Bias de Priene.

Casou-se com Adelaide de Araújo, filha do major João Manoel de Araújo, figura proeminente na Revolução Liberal de 1842. De seu casamento nasceram José Francisco Bias Fortes, futuro governador de Minas Gerais; Maria Alice Bias Fortes, precocemente falecida, e Laurita Bias Fortes.

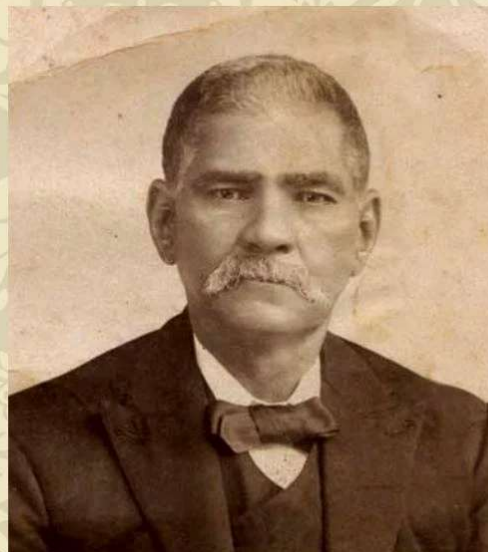
Fez os primeiros estudos em Barbacena e, após concluir o curso preparatório, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais em dezembro de 1870, ao lado de figuras como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Afonso Penna e Rodrigues Alves.

Após a formatura, regressou a Minas, passando a advogar em Barbacena. Pouco depois, em outubro de 1871, foi nomeado promotor público da comarca de Parahybuna, que, à época, englobava os termos de Barbacena, Baependi e o município de Pomba. Em seguida, passou a exercer o cargo de juiz municipal.

Em 1879, exonerou-se da magistratura e iniciou a carreira política, exercendo paralelamente as atividades de advocacia e de fazendeiro. Filiou-se ao Partido Liberal e, em 1881, elegeu-se deputado provincial, sendo reeleito sucessivas vezes entre 1882 e 1889.

Em janeiro de 1891, Bias Fortes foi eleito senador constituinte, assumindo, em seguida, a presidência da Assembleia Constituinte e promulgando em 15 de junho de 1891, em Ouro Preto, a primeira Constituição do Estado de Minas Gerais.

Coube a Bias Fortes fazer votar, em 1893, a histórica lei que determinava a escolha de um local para a nova capital do estado. O local escolhido pelos congressistas foi a região do Curral del-Rey. A decisão da escolha foi formalizada através da Lei Adicional n.º 3, de 17 de dezembro de 1893. Para levar a missão adiante, agora na condição de presidente de Minas Gerais, pois foi eleito para o cargo em março de 1894, Bias Fortes contratou o engenheiro e urbanista Aarão Reis, que ficou responsável pela elaboração do planejamento da cidade e pela chefia da comissão construtora da capital. Em 12 de dezembro de 1897, Belo Horizonte foi inaugurada pelo governador Bias Fortes, que após o término do seu mandato retornou ao Senado, reelegendo-se em várias legislaturas, de 1899 a 1917.



Nesse último período de sua vida pública, paralelamente ao exercício dos mandatos legislativos, acumulou o cargo de agente executivo municipal de Barbacena – correspondente ao dos atuais prefeitos – por cerca de dez anos. Foi ainda presidente do Senado Estadual no período de 1912 a 1915 e da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM), entre 1898 e 1917.

Chrispim Jacques Bias Fortes faleceu no exercício do mandato de senador em 14 de março de 1917. Em 1938, o distrito de União foi emancipado, transformando-se no município de Bias Fortes. Além disso, diversas avenidas de cidades mineiras receberam o seu nome, assim como uma escola e um hospital. Dois monumentos também foram erigidos em sua homenagem, um na cidade de Barbacena e outro na capital, em comemoração à fundação de Belo Horizonte.

memória em destaque

Fernando de Mello Vianna

Além de promotor de Justiça, foi deputado estadual, governador, senador e vice-presidente da República

Fernando de Mello Vianna nasceu em Sabará, Minas Gerais, em 15 de março de 1878. Filho do fazendeiro, comerciante e comendador português Manuel de Mello Vianna e de Blandina Augusta de Mello Vianna, Fernando iniciou o curso de Direito em Ouro Preto e, com a transferência da capital mineira para Belo Horizonte, concluiu o curso nesta cidade em 1900, pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais.

Em 1901, por decreto do presidente do estado de Minas Gerais, Silviano Brandão, foi nomeado promotor de Justiça da comarca de Mar de Espanha e, após solicitar sua exoneração, iniciou carreira política, concorrendo ao cargo de deputado estadual, que exerceu entre os anos de 1903 e 1905.

Voltou à função jurídica, atuando como advogado em Sete Lagoas. Em 1909, ingressou na magistratura, vindo a ocupar o cargo de juiz de Direito nas comarcas mineiras de Conceição do Serro (atual Conceição do Mato Dentro), de Santa Luzia do Carangola (atual Carangola), de Uberaba e de Pará (atual Pará de Minas).

Durante o governo de Arthur Bernardes (1918 a 1922), foi nomeado subprocurador-geral do Estado, atuando mais uma vez no Ministério Público, já que, naquele momento, a Advocacia-Geral do Estado integrava o órgão.

Na gestão seguinte (Raul Soares 1922-1926), Mello Vianna passou a ocupar o cargo de secretário de Estado do Interior, preocupando-se fundamentalmente com a questão educacional e implantando reformas nesse segmento. Com a morte de Raul Soares, em agosto de 1924, Mello Vianna foi eleito para completar o seu mandato, assumindo a presidência do Estado até setembro de 1926. Durante o seu governo, Mello Vianna realizou várias ações que o tornaram bastante conhecido dentro e fora de Minas, entre elas, o impulso aos transportes e a integração dos municípios, com a construção de estradas e pontes; a promoção do atendimento à saúde; a defesa da economia mineira; o incentivo às artes e à cultura; a reforma do ensino.

Após o término de seu governo, em 1926, Mello Vianna foi eleito vice-presidente da República, na chapa encabeçada por Washington Luís e, nesse cargo, assumiu a presidência do Senado, conforme regra constitucional.

Ao final do mandato, pretendia retornar à presidência do Estado de Minas Gerais, mas foi preterido pela comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, que indicou o nome de Olegário Maciel. Fernando de Mello Vianna acabou por apoiar a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República contra a de Getúlio Vargas, sustentada pela Aliança Liberal. Em consequência da vitória da Revolução de 1930, o político foi preso e exilado na Europa, de onde voltaria somente no ano seguinte para advogar na capital mineira.



Entre os anos de 1934 e 1948, atuou como advogado e exerceu por seis anos a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (1938 e 1944). Em 1945, foi eleito senador da República por Minas Gerais, pelo Partido Social Democrático. Durante sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte, ocupou os cargos de presidente e vice-presidente desse órgão, o que lhe permitiu participar ativamente na elaboração da nova Constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946, a qual vigorou até 1967.

Nessa Constituição, o Brasil retomou as eleições diretas para presidente da República, após oito anos de ditadura do Estado Novo. A Carta Magna foi um dos alicerces para o Decreto-Lei n.º 2.146, de 10 de julho de 1947, do estado de Minas Gerais, o qual garantiu ao Ministério Público mineiro, em seu artigo 66, que o ingresso na carreira da instituição seria "... provido pelo Governador do Estado, dentre os candidatos habilitados em concurso de provas". A partir desse momento, foi assegurada a estabilidade aos membros do Ministério Público de Minas Gerais, após dois anos de exercício no cargo.

Mello Vianna faleceu em 10 de fevereiro de 1954, aos 76 anos de idade. Em seus discursos, expressava seu empenho: "... jamais deixei o direito e a lei ao desamparo. ... Meu propósito foi, sempre, acelerar, dentro da ordem e da lei, o movimento impulsor da grandeza de Minas Gerais."

memória em destaque

José Lins do Rego Cavalcanti

O autor de romances regionalistas como Menino de engenho foi promotor de Justiça em Manhauçu

José Lins do Rego Cavalcanti foi um escritor brasileiro que, ao lado de Graciliano Ramos, Érico Veríssimo e Jorge Amado, figura como um dos romancistas regionalistas mais prestigiosos da literatura nacional. Também jornalista, o escritor fez parte da segunda geração do modernismo brasileiro.

Nasceu no Engenho Corredor, em Pilar, Paraíba, no dia 3 de junho de 1901. Viveu no Recife, onde formou-se em Direito e casou-se, em 1924, com Filomena Masa Lins do Rego, a Naná, com quem teve três filhas. No ano seguinte, veio para Minas Gerais, onde exerceu as funções de promotor de Justiça na comarca de Manhauçu.

Depois de deixar Minas, em 1926, voltou ao Nordeste e se fixou em Maceió. Ali foi nomeado fiscal de bancos. Em 1936 transferiu-se para o Rio de Janeiro como fiscal do Imposto de Consumo.

O escritor José Lins do Rego Cavalcanti veio de uma família de senhores de engenho de cana-de-açúcar. O contato com essa realidade foi retratado em uma de suas obras mais conhecidas: *Menino de engenho*. José Lins do Rego também escreveu *Doidinho*, *Banguê*, *O moleque Ricardo* e *Usina*, que descrevem a vida nos engenhos e nas plantações de cana-de-açúcar no Nordeste.

Em sua segunda fase, escreveu romances que tinham como tema a vida rural. Desse período, fazem parte as seguintes obras: *Pureza*, *Pedra bonita*, *Riacho doce* e *Água mãe*. No ano de 1943 publicou o livro *Fogo morto*, considerado a sua obra-prima. Posteriormente escreveu *Eurídice*, *Cangaceiros*, alguns ensaios, crônicas e outras obras. Antes de morrer, escreveu o livro de memórias *Meus verdes anos*. Suas obras foram traduzidas para diferentes idiomas, entre eles, o russo.

Foi um intelectual ativo e manteve contato com muitos outros artistas da época. Durante o tempo em que estudou Direito, tornou-se amigo de José Américo de Almeida. Algum tempo depois, já em Maceió, em seu círculo de amizade figuraram Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda e Jorge de Lima. Em 1953 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras.



José Lins do Rego Cavalcanti morreu em 12 de setembro de 1957 e foi enterrado no mausoléu da Academia Brasileira de Letras, no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Em 1986, um de seus netos, Francisco José Lins do Rego Santos, tornou-se promotor de Justiça em Minas Gerais, onde, em janeiro de 2002, aos 43 anos, foi assassinado. O crime foi motivado por sua atuação no combate à adulteração de combustível em Belo Horizonte.

memória

em destaque

Levindo Ozanam Coelho

Como governador, em 1978, assinou a Lei n.º 7.366, que alterou dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público de Minas Gerais

Levindo Ozanam Coelho nasceu em Ubá, na Zona da Mata, em 1914. Foi o quarto de 13 filhos do médico e senador Levindo Eduardo Coelho e de Antonina Gonçalves Coelho. Fez o primário e o secundário em sua cidade natal. Depois ingressou na Faculdade de Direito da então Universidade de Minas Gerais, hoje Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1932, época em que o contexto político era bem agitado em função dos desdobramentos da Revolução de 1930, que marca o início da era Vargas. A Revolução Constitucionalista, iniciada em 1932, também provocou grande repercussão nas universidades, principalmente entre os estudantes de Direito. A tensão social crescente, junto ao prestígio político de sua família, serviu de estímulo à participação de Levindo Ozanam Coelho no movimento estudantil da época.

Nesse período, foi aprovado em concurso público da prefeitura de Belo Horizonte, como escriturário, permanecendo no cargo por cinco anos, até 1937. Antes, em 1936, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Depois foi advogar em Ubá. Em seguida, foi nomeado pelo governador, Benedito Valadares, como promotor de Justiça da comarca de Bom Sucesso, cargo que exerceu de fevereiro a outubro de 1939. No início de sua vida pública, segundo seu irmão Hécio Levindo Coelho, Levindo Ozanam conheceu a dura realidade da profissão, o que fez com que o recém-formado amadurecesse forçosamente na prática ministerial. "Nesta árdua função conheceu, ao vivo, em toda a sua rude realidade, o outro lado das lições recebidas de seus mestres na Faculdade de Direito", relatou Hécio, que completou dizendo "numa iniciação feliz e proveitosa para a sua formação e seu posterior posicionamento na vida pública, abraçou com entusiasmo a nova carreira como representante do Ministério Público".

Em outubro de 1939, com 25 anos, foi nomeado pelo interventor Benedito Valadares para suceder o pai, Levindo Eduardo Coelho, na prefeitura de Ubá, cargo ocupado até 1946. Nesse mesmo período, dirigiu o jornal Folha do Povo, fundado por seu pai. Em 1941, casou-se com Cybele Pinto Coelho, com quem teve cinco filhos. Durante o mandato de prefeito e, mais tarde, como governador, sua preocupação primordial foi com a melhoria de vida da população mais carente. Desenvolveu programas para construção de grupos escolares e de estradas vicinais, que pudessem facilitar o acesso da população aos grandes centros urbanos.



Em 1947, Levindo Ozanam foi constituinte estadual. Em 1953, assume o cargo de deputado estadual. Elegeram-se deputado federal seguidamente, de 1959 a 1975. Nos anos 1960, atuou em diversas missões internacionais: foi delegado no Congresso Interparlamentar, no Chile, em 1961, depois membro da delegação parlamentar brasileira que visitou a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1963, e a República da China Nacionalista e o Japão, em 1966. Participou também da Assembleia Geral da ONU em 1968. Levindo Ozanam foi secretário-geral da Arena entre os anos de 1966 e 1975. Em 1974, foi escolhido vice-governador de Minas Gerais na chapa de Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

memória em destaque

Levindo Ozanam Coelho (cont.)

De julho de 1978 a março de 1979, assumiu o governo do estado de Minas Gerais, depois do afastamento do titular, que concorreria à vice-presidência da República. Durante seu governo, houve uma crise na cúpula da Polícia Civil do estado, que ocorreu após a nomeação de um delegado aposentado para a Subsecretaria de Segurança. Além disso, enfrentou a chamada "tragédia das enchentes", ocorrida no início de 1979, episódio que ceifou vidas e desabrigou famílias inteiras de várias cidades mineiras, causando prejuízos incalculáveis. Como governador, em 1978, assinou a Lei n.º 7.366, que alterou dispositivos da Lei Orgânica do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), adequando-a ao texto da Emenda à Constituição n.º 10, de 1977, em que a expressão "Procuradoria-Geral do Estado" e as denominações "procurador-geral do Estado" e "procurador do Estado" foram substituídas por "Procuradoria-Geral da Justiça" e "procurador-geral da Justiça". Também aumentou o número de cargos de procuradores de Justiça de 18 para 30 e o de promotores de Justiça da capital de 37 para 50.

Levindo Ozanam teve ainda participação constante nas diretorias da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), onde exerceu ativamente, mesmo quando governador, as funções de membro de seu Conselho Consultivo. Em sua homenagem, em 2001, a AMMP criou a Medalha do Mérito Promotor de Justiça Ozanam Coelho, visando homenagear membros do Ministério Público ou pessoas que, de alguma forma, tenham concorrido para o engrandecimento da instituição. Em um depoimento, Levindo Ozanam disse que nunca deixou de ser fiel aos princípios norteadores do Ministério Público. Sobre os diversos postos pelos quais passou, no Executivo municipal, na Governadoria, na Assembleia Legislativa ou no Congresso Nacional, ele disse: "Sempre tive presente o resguardo da Constituição, a observância da lei e o exercício do múnus [cargo] público com constante atividade em favor da justiça". Em outubro de 1979, foi convidado pelo então presidente da República, João Figueiredo, para ocupar o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho, mas recusou. Com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao PDS em novembro de 1979 e foi eleito novamente deputado federal para o período de 1983 a 1987. Pouco antes de sua morte, declarou seu apoio às eleições diretas. Em 1984, antes de cumprir todo o mandato de deputado federal, faleceu em sua cidade natal.

memória em destaque

Nelson Hungria Hoffbauer

Tendo iniciado a carreira como promotor público em Rio Pomba, o chamado príncipe dos criminalistas aposentou-se como ministro do STF

Nelson Hungria Hoffbauer nasceu em Angustura, distrito da atual Além Paraíba, na Zona da Mata mineira, em 16 de maio de 1891. Precocemente, aos 13 anos, submeteu-se aos exames de admissão para o curso de Direito em Belo Horizonte. Ao defender sua tese, teve de subir num banquinho para que os examinadores pudessem vê-lo e, com distinção, aprová-lo. Aos 16 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se bacharelou pela Faculdade Livre de Direito em 1909.

Após a formatura, foi nomeado promotor público em Rio Pomba, cidade da Zona da Mata mineira, cargo que exerceu de 1910 a 1918. Seus júris eram marcados por inflamados discursos. Após deixar a vida de promotor público, advogou em Belo Horizonte entre 1918 e 1922. Em 1919, Arthur Bernardes, então presidente de Minas Gerais, convidou-o para ser redator dos debates da Câmara Legislativa, atividade que exerceu sem abandonar a advocacia. De volta ao antigo Distrito Federal, Rio de Janeiro, exerceu o cargo de delegado de Polícia por oito meses. No exercício da profissão, proibiu a tortura como método para obter confissões.

Em 1924, foi aprovado em primeiro lugar no concurso da Magistratura, sendo nomeado para o cargo de juiz da 8ª Pretoria Criminal da Justiça do antigo Distrito Federal. Serviu posteriormente como juiz de Órfãos e da Vara de Feitos da Fazenda Pública. Em 1933, tornou-se, por meio de concurso, livre-docente em Direito Penal na Faculdade Nacional de Direito. Foi nomeado, em 1944, desembargador do Tribunal de Apelação do Distrito Federal e participou, nesse mesmo ano, da Comissão Executiva do Congresso Pan-Americano de Ciências Penais. No biênio 1947-1948, atuou como corregedor de Justiça do Distrito Federal.

Participou da elaboração e revisão do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei de Contravenções Penais e da Lei de Economia Popular. Sua obra Comentários ao Código Penal é considerada um clássico da literatura jurídica nacional e lhe valeu o prêmio Teixeira de Freitas, do Instituto dos Advogados Brasileiros. Foi agraciado ainda com as medalhas Rui Barbosa, Rio Branco, Sesquicentário do Supremo Tribunal Militar e com a Comenda do Mérito do Ministério Público.

Conhecido como o príncipe dos criminalistas brasileiros, Nelson Hungria foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1951 pelo presidente Getúlio Vargas. Em 1955, foi empossado membro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 1957, torna-se juiz efetivo do TSE, tendo ocupado a presidência do órgão de 1959 a 1961. No final dos anos 1950, liderou uma campanha contra a pena de morte.

Sua obra jurídica é extensa. É autor dos livros Fraude penal (1934), A legítima defesa putativa (1936), Dos crimes contra a economia popular e das vendas a



prestação com reservas de domínio (1939), Questões jurídico-penais (1940), Novas questões jurídico-penais (1945), Comentários ao Código Penal (1958), Anteprojeto de Código Penal (1963), Cultura, religião e direito (1943), A obrigação absoluta no Direito Cambiário, Estudo sobre a parte especial do Código Penal de 1890, entre outros.

Em 1961, aposentou-se como ministro do STF. Depois passou a se dedicar à advocacia. Morreu no Rio de Janeiro em 26 de março de 1969. Em um dos jornais da cidade consta que, nos momentos de despedida, Nelson Hungria teria dito aos filhos: "Logo mais, quando estiverem me levando e eu não puder falar, saibam que estarei dizendo em silêncio: 'Aqui vai Nelson; muito a contragosto'". Dizem ainda que, nos instantes finais, reclamando a presença dos filhos, pediu-lhes perdão por não ter deixado a eles riqueza material. Eles teriam respondido que o exemplo de vida foi a maior fortuna que os deixara.

